



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

O actual Chefe do Executivo destaca, no seu programa político eleitoral para o próximo mandato, a melhoria do trânsito, e refere “a implementação da política de primazia aos transportes públicos”, “o melhoramento do modelo de funcionamento dos autocarros públicos”, “o controlo activo da frota e dos percursos dos autocarros ao serviço das operadoras de jogo”, “o estudo da emissão de licenças para táxis especiais” e “os estudos de viabilidade sobre a construção de uma quarta passagem entre Macau e a Taipa”. Todas estas medidas pecam por falta de clareza, de detalhe e de sentido.

Trata-se apenas de uma linguagem eleitoral dirigida a um círculo restrito que vai eleger o Chefe do Executivo, não precisando, portanto, o público de saber mais nada. Teoricamente, o referido programa político deve incluir um balanço do trabalho do Chefe do Executivo desenvolvido nos últimos cinco anos e o plano dos trabalhos para o próximo mandato. Portanto, não se podem omitir detalhes. E assim sendo, temos de olhar com atenção para esse programa, para ver se há alguma possibilidade de se vir a resolver a partir da fonte o problema do trânsito de Macau, como aliás tanto desejamos.

Contudo, se apenas for tida em conta a referida mensagem, a população de Macau não consegue vislumbrar qualquer plano viável para a melhoria do trânsito em Macau, por exemplo, “a implementação da política de primazia aos transportes



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

públicos” e “o melhoramento do modelo de funcionamento dos autocarros públicos” constantes do programa político, não passam de expressões vulgares e estereotipadas, pois a situação tem-se mantido inalterada desde há longos anos. Como é que vai ser feito o “controlo activo das frotas e percursos dos autocarros ao serviço das operadoras de jogo”? E o termo “controlo” significa aumento ou redução? No entendimento do público significa redução, no entanto, trata-se de um termo que pode ser interpretado à vontade de cada um. Quanto ao “estudo da emissão de licenças para táxis especiais”, actualmente existem em Macau táxis amarelos e pretos, e a validade das licenças é variável, umas são permanentes e outras têm prazos de 8 ou 10 anos, mas mesmo assim, os serviços não apresentam melhorias. E mesmo que se emitam mais licenças, não será possível conseguir o milagre de atenuar as dificuldades em apanhar táxi.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Já há mais de 10 anos que o Governo fala da “implementação da política de primazia aos transportes públicos”, no entanto, continua a ser dada primazia aos transportes privados, devido à má qualidade dos serviços quer dos transportes públicos, quer de táxis, em resultado do controlo_rigoroso do seu aumento e da sua transformação num transporte raro, e ao rápido aumento do número de veículos privados, em resultado da falta de restrições, o que só demonstra que se dá primazia aos transportes privados em detrimento dos públicos. O Governo voltou a referir a “implementação da política de primazia aos transportes públicos”, então, de que medidas concretas dispõe para o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

efeito? Existe alguma calendarização para a implementação da política de primazia aos transportes públicos?

2. Quando o Governo alterou, a seu bel prazer e sem consultar o público, o modelo de funcionamento dos serviços de autocarros ignorando as regras de mercado, recorreu à predominância do Executivo, entendendo que assim a qualidade daqueles serviços ia melhorar significativamente. Esta mentalidade burocrática do Governo demonstra excesso de confiança e fraca capacidade de avaliação das suas competências (pretende agarrar o mundo com as pernas), o que resultou numa chuva de queixas e críticas contra os serviços prestados sob o novo modelo de funcionamento. Agora fala-se em “melhoramento do modelo de funcionamento dos autocarros públicos”, será para testar a receptibilidade do público ou trata-se mesmo de uma medida a implementar?
3. Qual vai ser o rumo e o objectivo e como vai funcionar em concreto o “controlo activo das frotas e dos percursos dos autocarros ao serviço das operadoras dos jogos”?

30 de Setembro de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Au Kam San